



Universidade: presente!



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Desafios institucionais envolvidos no processo de inclusão de bebês com deficiência na creche

Rafaela Fabricio Klein*

Orientadora: Prof.^a Dra. Rita de Cássia Sobreira Lopes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Introdução

- Por lei, todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, devem estar matriculadas na escola a partir dos 4 anos de idade (Brasil, 2013 - Lei nº 12.796).
- Além disso, as políticas de inclusão também têm garantido o acesso e a permanência de bebês com deficiência na Educação Infantil, o que gera demandas de trabalho e desafios específicos para os profissionais das creches.

Objetivo

Escutar os professores acerca dos desafios institucionais encontrados pelos educadores no processo de inclusão de bebês com deficiência.

Método

Participantes do estudo:

- 23 educadoras de turmas de berçário e maternal de 6 creches municipais de Porto Alegre, com idades entre 18 e 59 anos.
- Educadoras atendiam sete bebês de inclusão, na faixa etária de 0 a 3 anos, com as seguintes deficiências: Síndrome de Down, Nanismo, Deficiência auditiva e Hipotonia.
- Todas as participantes foram selecionadas do Projeto INCLUIR, do Núcleo de Infância e Família/UFRGS

Delineamento e procedimentos:

- Estudo de caso múltiplo, descritivo e transversal.
- Entrevistas nas escolas com as educadoras. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Instrumento:

- Entrevista sobre experiência e formação de educadoras de creche (Bossi & Piccinini, 2018).

Análise dos dados: foi utilizada análise temática.

Resultados

- Verificou-se uma gama de desafios institucionais, relacionados às condições nas quais se dá o trabalho das educadoras. Há uma desvalorização da profissão de modo geral, expressa através dos seguintes aspectos:

- Salários insatisfatórios frente à responsabilidade que carregam, gerando sentimentos de desmotivação: *“É uma profissão que tu leva muito trabalho para casa, tu desgasta muito teu corpo, tu tem muitas responsabilidades, então eu não acho um salário justo, não acho justo”* (C2, Edu 1)

- Falta de formação continuada em Educação Inclusiva, ficando ao encargo delas próprias a busca por formação especializada: *“As pessoas que trabalham com inclusão não tem essa preparação. [...] Agora que eles estão oferecendo alguns cursos, palestras, bem esporadicamente, assim, também. Então eu acho que essa parte é bem deficiente”* (C5/6, Edu 1)

- Essa falta de formação as deixa inseguras no seu trabalho, inclusive em relação a questões orgânicas que representem um risco à saúde do bebê: *“Eu até sugeri aqui na escola que chamassem algum curso de, que a gente pudesse, pelo menos o posto de saúde viesse aqui orientasse nessa questão, porque preocupa muito a gente essa questão da cianose”* (C1, Edu 2)

- O número excessivo de bebês em sala de aula e de bebês por educadora também foi apontado como uma limitação importante para cuidar devidamente de cada bebê: *“20 crianças é muita criança mesmo para duas pessoas [...] isso é uma coisa que me incomoda bastante, é que a qualidade perde porque são muitas crianças, muitas, muitas, então tu vai atender o mais básico e às vezes o resto tu não dá conta”* (C3, Edu 4)

• Outro desafio mencionado foi em relação à necessidade de comunicação com a família do bebê e também com os outros profissionais que o atendem: *“Sozinha a gente não consegue nada, né? Então a gente vai conversando sobre o que funcionou, o que não funcionou”* (C7, Edu 1)

• Apesar dos desafios destacados, as educadoras relataram o retorno em relação ao seu trabalho que recebem dos próprios bebês, por meio dos progressos que eles apresentam: *“Eu acho que é gratificante, a gente aprende muito com eles [...] Porque cada dia é um, é um, é uma, é alguma coisa que eles fazem de diferente que pra gente é uma vitória, né?”* (C5/6, Edu 4)

Discussão

• Os desafios institucionais da Educação Inclusiva de bebês no cotidiano do trabalho evidenciados neste estudo podem reverberar negativamente na saúde psíquica do educador e, conseqüentemente, do bebê com deficiência.

• Estudos mostram que há escassez de produção científica na área da saúde mental dos educadores da Educação Infantil (Paparelli et al, 2007), apesar de a discussão sobre a saúde mental dos educadores de outras etapas ter avançado nos últimos anos (Souza & Leite, 2011).

• Sendo assim, fica evidente a necessidade de atentar às condições de trabalho da Educação Infantil e Inclusiva, bem como a necessidade de estabelecer dispositivos de escuta voltados para os educadores que trabalham nessa área.

Referências bibliográficas

Bossi, T. J., & Piccinini, C. A. (2018). Entrevista sobre experiência e formação de educadoras de creche. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Material não publicado. / Brasil (2013). LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013. Brasília: Congresso Nacional. / Paparelli, R., José, T. A., da Silva, L. G., & Veríssimo, T. C. (2007). Contribuições da saúde do trabalhador à educação infantil: o sofrimento mental de educadoras de uma creche paulistana. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 10, n. 2, p. 1-15. / Souza, A. N. D., & Leite, M. D. P. (2011). Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. Educação & Sociedade, Vol. 32, n.117, p. 1105-1121.